

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP) ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)

CARGO 18: ECONOMISTA

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 30/8/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

Considerações a respeito das necessidades de financiamento do setor público (NFSP) com ênfase no nível federal e abordagem sobre as formas como são tratadas e registradas as NFSP no orçamento público

O resultado fiscal do governo, também conhecido como NFSP, avalia o desempenho fiscal da administração pública em um determinado período de tempo, geralmente dentro de um exercício financeiro. Esse instrumento apura o montante de recursos que o setor público não financeiro tem de captar junto ao setor financeiro interno e(ou) externo, além de suas receitas fiscais frente a seus dispêndios. No nível federal, as NFSP são apuradas separadamente pelo orçamento fiscal, orçamento da seguridade social e orçamento de investimentos. O resultado relativo ao orçamento fiscal e ao orçamento da seguridade social recebe o nome de necessidades de financiamento do governo central, ao passo que o resultado do orçamento de investimentos recebe o nome de necessidades de financiamento das empresas estatais.

Comentários acerca dos conceitos de resultado nominal e primário e das duas formas de apuração: o critério abaixo da linha e o acima da linha

A Lei de Responsabilidade Fiscal exige que sejam apurados os seguintes resultados fiscais: resultado primário, que procura medir o comportamento fiscal do governo no período e que representa a diferença entre a arrecadação de impostos, taxas, contribuições e outras receitas inerentes à função arrecadadora do Estado — excluindo-se as receitas de aplicações financeiras —, e as despesas orçamentárias do governo no período, afora as despesas com amortização e juros da dívida, além das despesas com concessão de empréstimos. Em síntese, a LRF avalia se o governo está ou não atuando dentro de seus limites orçamentários, ou seja, contribuindo para a redução ou elevação do endividamento do setor público.

Resultado nominal — para a apuração do resultado nominal, devem-se acrescentar ao resultado primário, ou dele deduzir, os juros nominais junto ao sistema financeiro, o setor privado não financeiro e o resto do mundo. Desse modo, esse resultado indica, efetivamente, o montante de recursos que o setor público necessitou captar junto ao sistema financeiro, o setor privado e o resto do mundo para a realização de suas despesas orçamentárias. Existem duas formas de apuração dos resultados supracitados. O critério “abaixo da linha”, que leva em consideração apenas os itens de financiamento, apura o desempenho fiscal do governo por intermédio do cálculo de variação do endividamento líquido em determinado período. Por sua vez, o “acima da linha” apura o desempenho fiscal do governo mediante a apuração dos fluxos de receitas e despesas orçamentárias em determinado período.

Considerações sobre o momento brasileiro, com base nos seguintes questionamentos. Houve redução ou elevação do endividamento público? Quais foram as principais medidas de compensação para se manter o ajuste fiscal?

O cenário atual é de crescimento da dívida pública, tendo ela sido ampliada em R\$ 173 bilhões no ano passado. Essa realidade é fruto da política econômica expansionista, que tem registrado resultados fiscais cada vez mais deficitários. No ano, o déficit nominal soma R\$ 173,4 bilhões, comparativamente ao déficit de R\$ 70,1 bilhões no mesmo período de 2014. Desde o início de 2015, a nova equipe econômica do governo implementou várias medidas de ajuste fiscal para se conterem os gastos e elevarem-se tributos, visando alcançar superávit primário de 1,2% do PIB em 2015. As principais medidas foram as seguintes: redução de benefícios, cortes no orçamento, redução de gastos do programa de aceleração do crescimento (PAC), menos repasses ao BNDES e fim de repasses ao setor elétrico.